

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
Total	9.183.458
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	667.294	654.075
1.01	Ativo Circulante	37.700	49.798
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.329	3.467
1.01.03	Contas a Receber	26.539	27.480
1.01.03.01	Clientes	26.539	27.480
1.01.04	Estoques	1.101	1.557
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.654	5.809
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.654	5.809
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.077	11.485
1.01.08.03	Outros	2.077	11.485
1.02	Ativo Não Circulante	629.594	604.277
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.022	2.990
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	98	66
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	98	66
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.924	2.924
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.850	2.850
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	74	74
1.02.02	Investimentos	614.768	589.467
1.02.02.01	Participações Societárias	614.768	589.467
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	81.968	86.612
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	482.228	454.846
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	48.823	46.261
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.749	1.748
1.02.03	Imobilizado	11.803	11.819
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.803	11.819
1.02.04	Intangível	1	1
1.02.04.01	Intangíveis	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	667.294	654.075
2.01	Passivo Circulante	14.176	18.183
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18	1
2.01.02	Fornecedores	5.814	7.795
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.814	7.795
2.01.03	Obrigações Fiscais	936	1.597
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	911	1.204
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	393	1.204
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	518	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	393
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	25	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	1.355
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.355
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.355
2.01.05	Outras Obrigações	212	239
2.01.05.02	Outros	212	239
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14	14
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	198	225
2.01.06	Provisões	7.196	7.196
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.196	7.196
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	7.196	0
2.02	Passivo Não Circulante	117.577	117.577
2.02.02	Outras Obrigações	20.000	20.000
2.02.02.02	Outros	20.000	20.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	20.000	20.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.577	97.577
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.577	97.577
2.03	Patrimônio Líquido	535.541	518.315
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.994	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.994	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-36.079	-53.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	187.970	187.970

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.194	3.812
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.269	-4.745
3.03	Resultado Bruto	-75	-933
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	17.499	-10.967
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.044	-1.859
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	2.052
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-40	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.583	-11.160
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.424	-11.900
3.06	Resultado Financeiro	-198	-448
3.06.01	Receitas Financeiras	32	20
3.06.02	Despesas Financeiras	-230	-468
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.226	-12.348
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.226	-12.348
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.226	-12.348
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,8759	-1,3447
3.99.01.02	PNA	1,8759	-1,3447
3.99.01.03	PNB	1,8759	-1,3447
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,8759	-1,3447
3.99.02.02	PNA	1,8759	-1,3447
3.99.02.03	PNB	1,8759	-1,3447

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	17.226	-12.348
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.226	-12.348

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.195	206
6.01.01	Recebimento de Consumidores	9.921	2.817
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-12.148	-5.965
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-1.084	-541
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	32	20
6.01.06	Pagamentos de Encargos da Dívida	-31	0
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	13.143	8.740
6.01.08	Impostos e Contribuições	-1.389	-4.691
6.01.10	Outros Pagamento/Recebimentos	-249	-174
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.000	-32
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-9.000	0
6.02.02	Aquisição de Investimentos	0	-32
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.333	-838
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-1.333	-801
6.03.02	Outros	0	-37
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.138	-664
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.467	1.319
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.329	655

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.226	0	17.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.226	0	17.226
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-36.079	187.970	535.541

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.348	0	-12.348
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.348	0	-12.348
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-91.843	188.817	480.624

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	9.235	4.297
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.235	4.297
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.949	-4.340
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.987	-4.250
7.02.04	Outros	38	-90
7.03	Valor Adicionado Bruto	-714	-43
7.04	Retenções	-15	-16
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15	-16
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-729	-59
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.615	-11.140
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.583	-11.160
7.06.02	Receitas Financeiras	32	20
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.886	-11.199
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.886	-11.199
7.08.01	Pessoal	270	196
7.08.01.01	Remuneração Direta	262	196
7.08.01.02	Benefícios	8	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.150	485
7.08.02.01	Federais	964	397
7.08.02.02	Estaduais	186	88
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	240	468
7.08.03.01	Juros	230	468
7.08.03.02	Aluguéis	10	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.226	-12.348
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.226	-12.348

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.188.181	2.170.285
1.01	Ativo Circulante	460.640	457.284
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.548	22.614
1.01.02	Aplicações Financeiras	25.399	44.134
1.01.03	Contas a Receber	315.337	306.169
1.01.03.01	Clientes	315.337	306.169
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	315.337	306.169
1.01.04	Estoques	8.019	9.108
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.247	24.242
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.247	24.242
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.936	5.679
1.01.07.01	Ativos Regulatórios	5.605	5.605
1.01.07.02	Outras Despesas Antecipadas	331	74
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	53.154	45.338
1.01.08.03	Outros	53.154	45.338
1.01.08.03.01	Demais Créditos	53.154	45.338
1.02	Ativo Não Circulante	1.727.541	1.713.001
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	866.009	820.292
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.327	10.371
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	10.327	10.371
1.02.01.03	Contas a Receber	134.397	134.537
1.02.01.03.01	Clientes	123.078	117.568
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.319	16.969
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.439	15.955
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	15.439	15.955
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	705.846	659.429
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	278.965	278.965
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	420.730	374.965
1.02.01.09.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	6.151	5.499
1.02.02	Investimentos	311.210	311.208
1.02.02.01	Participações Societárias	311.210	311.208
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	309.461	298.257
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.749	12.951
1.02.03	Imobilizado	189.459	193.114
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	122.992	123.644
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	66.467	69.470
1.02.04	Intangível	360.863	388.387
1.02.04.01	Intangíveis	360.863	388.387
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	224.585	249.915
1.02.04.01.03	Goodwill	122.154	123.625
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	14.124	14.847

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.188.181	2.170.285
2.01	Passivo Circulante	647.756	657.765
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	81.326	75.807
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	81.326	75.807
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento	23.643	22.725
2.01.01.02.03	Benefício a Empregados	57.683	53.082
2.01.02	Fornecedores	143.759	155.447
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	143.759	155.447
2.01.03	Obrigações Fiscais	118.380	121.542
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.052	20.485
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.059	5.710
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	10.993	14.775
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	95.993	99.450
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.335	1.607
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	127.426	127.599
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	127.426	127.599
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	127.426	127.599
2.01.05	Outras Obrigações	166.575	165.851
2.01.05.02	Outros	166.575	165.851
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.941	17.495
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	133.117	122.412
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	23.517	25.944
2.01.06	Provisões	10.290	11.519
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.290	11.519
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	7.196	7.196
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.140	2.650
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	954	1.673
2.02	Passivo Não Circulante	772.953	766.489
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	310.441	297.884
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	310.441	297.884
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	310.441	297.884
2.02.02	Outras Obrigações	316.888	321.590
2.02.02.02	Outros	316.888	321.590
2.02.02.02.03	Benefícios a Empregados	190.602	199.502
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	96.494	92.037
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	29.792	30.051
2.02.03	Tributos Diferidos	108.954	110.589
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	108.954	110.589
2.02.04	Provisões	36.670	36.426
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.670	36.426
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.148	1.351
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.350	4.650
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	31.172	30.425
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	767.472	746.031
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.994	11.994

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.994	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-36.079	-53.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	187.970	187.970
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	231.931	227.716

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	359.612	320.630
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-289.134	-248.825
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-197.526	-165.003
3.02.02	Custo de Operação	-82.134	-79.077
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-9.474	-4.745
3.03	Resultado Bruto	70.478	71.805
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.202	-52.455
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.414	-16.885
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.215	-27.505
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.540	7.592
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.115	-14.015
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2	-1.642
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	40.276	19.350
3.06	Resultado Financeiro	-11.083	-19.313
3.06.01	Receitas Financeiras	11.196	9.244
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.279	-28.557
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	29.193	37
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.752	-8.993
3.08.01	Corrente	-9.358	-8.993
3.08.02	Diferido	1.606	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.441	-8.956
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	21.441	-8.956
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.226	-12.348
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.215	3.392
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,8759	-1,3447
3.99.01.02	PNA	1,8759	-1,3447
3.99.01.03	PNB	1,8759	-1,3447
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,8759	-1,3447
3.99.02.02	PNA	1,8759	-1,3447
3.99.02.03	PNB	1,8759	-1,3447

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	21.441	-8.956
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	21.441	-8.956
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.226	-12.348
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.215	3.392

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-30.451	9.498
6.01.01	Recebimento de Consumidores	543.450	478.086
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-68.677	-52.571
6.01.03	Fornecedores - Energia Elétrica	-221.548	-180.486
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-55.997	-55.076
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	727	2.170
6.01.06	Pagamento de Encargos da Dívida	-11.659	-15.028
6.01.08	Impostos e Contribuições	-158.790	-109.625
6.01.09	Encargos Setoriais	-43.286	-52.334
6.01.10	Outros Pagamentos/Recebimentos	-14.671	-5.638
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.436	-25.794
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-9.471	-25.556
6.02.02	Alienação de Imobilizado	17.907	0
6.02.03	Aquisição de Investimentos	0	-238
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.214	-14.802
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-7.298	0
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	32.143	58.540
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-19.631	-73.304
6.03.04	Outros	0	-38
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.801	-31.098
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.748	99.258
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.947	68.160

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315	227.716	746.031
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315	227.716	746.031
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.226	0	17.226	4.215	21.441
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.226	0	17.226	4.215	21.441
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-36.079	187.970	535.541	231.931	767.472

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972	231.637	724.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972	231.637	724.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.348	0	-12.348	3.392	-8.956
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.348	0	-12.348	3.392	-8.956
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-91.843	188.817	480.624	235.029	715.653

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	577.193	487.574
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	552.466	491.025
7.01.02	Outras Receitas	12.975	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	11.752	-3.451
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-279.089	-235.003
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-228.758	-188.098
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.172	-41.013
7.02.04	Outros	-8.159	-5.892
7.03	Valor Adicionado Bruto	298.104	252.571
7.04	Retenções	-11.741	-15.857
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.741	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	286.363	236.714
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.307	7.602
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2	-1.642
7.06.02	Receitas Financeiras	12.305	9.244
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	298.670	244.316
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	298.670	244.316
7.08.01	Pessoal	39.205	35.597
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.252	32.187
7.08.01.02	Benefícios	9.953	3.410
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	201.927	179.388
7.08.02.01	Federais	106.561	90.677
7.08.02.02	Estaduais	95.366	88.711
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.097	38.287
7.08.03.01	Juros	23.388	28.557
7.08.03.02	Aluguéis	12.709	9.730
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.441	-8.956
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.226	-12.348
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.215	3.392

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A - CEB

1

O relatório de desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília S.A – CEB e suas controladas descritas na nota explicativa nº 1 das informações trimestrais de 31/03/2012.

PERFORMANCE OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

Classe de Consumidores	Consumidores		Var. %	MWh		Var. %
	1T11	1T12		1T11	1T12	
Residencial	742.845	765.846	3,1	490.807	493.676	0,6
Industrial	1.698	1.719	1,2	57.313	57.910	1,0
Comercial	96.994	100.825	3,9	444.838	456.381	2,6
Rural	9.497	9.582	0,9	25.282	29.504	16,7
Poder Público	4.819	5.188	7,7	140.742	140.716	0,0
Iluminação Pública	19	19	0,0	90.378	93.451	3,4
Serviço Público	289	290	0,3	80.644	79.063	(2,0)
(=)Fornecimento faturado	856.161	883.469	3,2	1.330.004	1.350.701	1,6
Consumo Próprio	46	47	2,2	517	451	12,8
(=)Fornecimento de Energia Elétrica	856.207	883.516	3,2	1.330.521	1.351.152	1,6

No 1T12 a base de consumidores apresentou um aumento de 3,2% na comparação com mesmo período do ano anterior. Neste crescimento destacaram-se as classes residenciais, comercial e poder público que tiveram crescimentos de 3,1%, 3,9% e 7,7% respectivamente.

O mesmo período o consumo cresceu em 1,6%, destacando-se a classe de consumidores rural que teve um crescimento de 16,7%. Na classe de iluminação pública o aumento foi de 3,4%.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$ 552,5 milhões, R\$ 61,4 milhões superior à do 1T11 (12,5%), principalmente em função do aumento de 8,6% no fornecimento de energia e 35,2% da receita de construção.

Receita Bruta - R\$ Mil	1T11	1T12
Fornecimento de Energia Elétrica	442.544	480.619
Receita de Construção	23.095	31.232
Receita de Prestação de Serviços	5.661	10.527
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	7.117	9.001
Energia de Curto Prazo	5.865	7.465
Outras Receitas Operacionais	6.743	13.622
Receita Operacional Bruta	491.025	552.466
Impostos e Deduções	(170.395)	(192.854)
Receita Operacional Líquida	320.630	359.612

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Na comparação com o 1T11, a receita bruta de fornecimento de energia elétrica subiu 38,0 milhões, principalmente em razão dos seguintes eventos:

- ✓ Reajuste tarifário de 8,15% autorizado pela ANEEL, sendo 6,86% econômico e 1,29% de componente financeiro. O efeito médio desse reajuste sobre as tarifas dos

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A - CEB

2

consumidores foi de 6,36%, sendo de 5,58% para os consumidores atendidos em alta tensão e de 6,74% para aqueles atendidos em baixa tensão.

- ✓ Aumento da base de consumidores 3,18% o que representa um aumento físico de 27.309 novos consumidores.
- ✓ O consumo em MWh teve aumento 1,6% atingido 1.351.152 MWh no final do 1T12 (1.330.521 MWh em 1T11).

RECEITA DE CONSTRUÇÃO

A receita de construção apresentou um aumento de R\$ 8,1 milhões (35,2%) no 1T12, em relação ao mesmo período do ano anterior. Este aumento deve-se ao maior volume investimento na planta.

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O acréscimo de R\$ 4,8 milhões (86,0%) no 1T12, em relação à receita gerada no 1T11 justificase pelo maior número de serviços executado neste período.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EX. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES)

Os custos e despesas operacionais consolidados, que desconsideram as depreciações e amortizações do período no montante de R\$ 11,7 milhões, totalizaram R\$ 307,6 milhões, um aumento de R\$ 22,7 milhões (7,7%) em relação ao 1T11.

R\$ Mil	1T11	1T12
Custo da Energia Comprada		
Energia elétrica comprada para revenda	(127.961)	(152.743)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(2.567)	(7.964)
Encargos de uso da rede elétrica	(34.475)	(36.819)
Subtotal	(165.003)	(197.526)
Demais Custos e Receitas/(Despesas) Operacionais		
Serviço de Terceiros	(33.262)	(38.692)
Pessoal e Administradores	(32.187)	(37.696)
Custo de Construção - concessão	(23.095)	(31.232)
Arrendamento	(9.730)	(12.403)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(1.735)	(2.315)
Entidade de Previdência Privada	(1.319)	(1.509)
Material	(1.919)	(1.483)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(733)	(827)
(Provisão)/Reversão para Devedores Duvidosos	(3.451)	11.752
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	(12.989)	4.337
Subtotal	(120.420)	(110.068)
Total	(285.423)	(307.594)

O aumento de 7,7% ocorreu, principalmente, devido ao crescimento dos custos/despesas a seguir:

- ✓ Energia elétrica comprada para revenda apresentou um crescimento de R\$ 24,7 milhões (19,4%) devidos principalmente ao aumento tarifário concedido pela ANEEL as concessionária de energia elétrica.
- ✓ Serviços de Terceiros e Custo de construção tiveram aumentos de R\$ 5,4 milhões (16,3%) e R\$ 8,1 milhões (35,2%), respectivamente, influenciados principalmente pelo

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A - CEB

3

aumento dos investimentos do Grupo, principalmente a Controlada CEB Distribuição S.A..

- ✓ Pessoal e Administradores refletiu um aumento de R\$ 5,5 milhões (17,1%) em função do reajuste salarial ocorrido no 4T11 com aprovação do acordo coletivo e novas contratações de pessoal através de concurso público.
- ✓ Arrendamento teve um acréscimo de R\$ 2,6 milhões (27,5%) em função do reajuste anual previsto em contrato que prevê como base para aplicação do índice (IPCA) sobre o valor do Imobilizado líquido no final do exercício.

Esses acréscimos foram compensados pela reversão na provisão de devedores duvidosos no valor de R\$ 17,0 milhões na, em função do acordo realizado com a Brasil Telecom S.A.(Oi) para quitação de débitos e pela venda de bens do Imobilizado que gerou um ganho de R\$ 12,0 milhões ambos os eventos ocorreram na Controlada CEB Distribuição S.A..

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

As depreciações e amortizações totalizaram R\$ 11,7 milhões no 1T12, uma redução de R\$ 4,1 milhões (35,0%) em relação ao 1T11. A redução ocorreu em função das alterações nas taxas de depreciação/amortização regulamentada pela ANEEL e recálculo da depreciação/amortização dos bens de concessão.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido negativo totalizou R\$ 11,0 milhões, uma redução de R\$ 8,2 milhões (-43,6%). O resultado é reflexo principalmente da redução dos encargos da dívida que em comparação com o mesmo período o ano anterior apresentou uma redução de R\$ 11,6 milhões (-52,2%).

Receitas Financeiras	1T11	1T12
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	2.056	5.860
Acrescimos Moratórios em Conta de Energia	2.166	3.004
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.406	922
Multas e Penalidades Aplicadas	1.171	715
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica	276	322
Receita de Dividendos		255
Outras Receitas Financeiras	2.169	118
Total	9.244	11.196
Despesas Financeiras		
Encargos de Dívidas	(22.277)	(10.655)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(2.487)	(6.429)
Atualização de Benefício pós-emprego	(976)	(2.051)
Compensação por Descontinuidade de Energia	(1.877)	(2.116)
Outras Despesas Financeiras	(940)	(1.028)
Total	(28.557)	(22.279)
Resultado Financeiro	(19.313)	(11.083)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A - CEB

4

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA totalizou R\$ 52,0 milhões no 1T12, um aumento de R\$ 16,8 milhões (47,7%) em relação ao 1T11. A margem EBITDA foi de 14,46%.

R\$ mil	1T11	1T12
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	320.630	359.612
Custo com Energia Elétrica	(165.003)	(197.526)
Custo de Operação	(79.077)	(82.134)
Custo do serviço prestado a terceiros	(4.745)	(9.474)
Lucro Bruto	71.805	70.478
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(52.455)	(30.202)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.642)	2
Despesas com vendas	(16.885)	(2.414)
Despesas gerais e administrativas	(27.505)	(38.215)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(6.423)	10.425
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	19.350	40.276
(+) Depreciações/Amortizações	15.857	11.741
EBITDA	35.207	52.017
Margem EBITDA %	10,98	14,46

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido do 1T12 foi de R\$ 17,2 milhões, representando um aumento de 139,5% comparado ao 1T11 (R\$ 12,3 milhões de prejuízo).

OUTROS INDICADORES

	1T11	1T12	Var. %
Dívida Líquida (R\$ mil)	408.209	387.920	-5,0
Caixa Disponível (R\$ mil)	68.160	49.947	-26,7
Dívida Líquida / EBITDA	2,8	1,7	-39,2

Nota: A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo subtraído de caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Brasília e Companhia Energética de Brasília e Sociedades Controladas

Informações Trimestrais - ITR
em 31 de março de 2012

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, controlada pelo Governo do Distrito Federal e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2012.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresa	Atividade	31/03/2012	31/12/2011
Participações diretas			
Em controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em controladas em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em coligadas			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	39,07%	39,07%
Participações indiretas			
Em coligadas			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%

a) Controladas

- CEB Distribuição S.A. – A CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3

20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A CEB-D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. É detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do referido contrato de concessão.

(i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB-D**

A controlada CEB-D vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos. Os planos da Administração para manutenção das atividades da CEB-D consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da CEB-D e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação dos referidos planos, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal, serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a CEB-D em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

Foi elaborado um plano de recuperação da empresa, em conjunto com o quadro gerencial, e este plano tem sido acompanhado mensalmente pela Administração.

As despesas financeiras deverão ser reduzidas nos próximos exercícios, como consequência da capitalização da Companhia, a ser realizado pelo controlador. Em 27 de setembro de 2011 a Companhia Energética de Brasília – CEB comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a Companhia via contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A operação poderá envolver a alienação de terreno referido na Nota Explicativa 10 a. Entretanto, a possível aquisição do terreno pelo GDF dependerá do desfecho final da operação de empréstimo junto ao BNDES, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 5 de janeiro de 2012 e enquadrada pelo Banco conforme Ofício nº. 297/2012-BNDES CEC, de 17 de abril de 2012. Vide informações adicionais na Nota Explicativa nº 28.

Em consonância ao esforço empresarial e capitalização da CEB Distribuição, a Companhia tem realizado uma agressiva política de cobrança junto aos devedores buscando reduzir substancialmente o seu contas a receber. Está em andamento ações em conjunto com a Secretaria da Fazenda para o reconhecimento das dívidas do GDF para com a CEB e após definido o montante atual da dívida buscar-se-á recursos e formas de pagamento.

As ações de cobranças judiciais têm sido monitoradas constantemente pela área jurídica da Companhia com vistas a acelerar o andamento das ações e também a execução dos créditos quando for o caso.

Além dos fatos acima, a controladora compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4

Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., conforme os valores destacados no item (ii) abaixo.

(ii) Compromisso de Subscrição de Ações

Em 23 de janeiro de 2006, foi firmado o instrumento particular “Compromisso de Subscrição de Ações” entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Distribuição S.A., com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Distrito Federal na qualidade de Intervenientes Anuentes, estabelecendo que:

A CEB compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., correspondente ao valor histórico total de R\$ 142,7 milhões, atualizado para R\$ 137,8 milhões em 31 de março de 2012.

A Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, previa o aporte inicial em dezembro de 2006. Esta Resolução foi alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. Entretanto, foi emitida nova Resolução Autorizativa de nº 3.254 que alterou novamente o cronograma de aportes, conforme valores atualizados mostrados a seguir:

Previsto - Resolução 3.254		Realizado		Saldo a Realizar
Meses	Valor	Meses	Valor	
Dezembro de 2011	20.000	Dezembro de 2011	25.500	
Junho de 2012	62.979	Janeiro de 2012	9.000	
Novembro de 2012	62.979			
Total	145.958	Total	34.500	111.458

Nota: Os valores são corrigidos pela variação do IGPM.

Como garantia do aporte do valor total da subscrição, a CEB constituiu, em favor da CEB-D, penhor sobre 33.830.000 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil) ações ordinárias da CEB Lajeado S.A., de sua propriedade, devendo o valor desta garantia ser reduzido na proporção em que forem acontecendo as integralizações.

O § 1º do Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, determina que: “Dos recursos oriundos de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativos à CEB-D, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverão ser destinados ao referido aporte de capital”.

Por sua vez, o § 3º do Art. 5º da citada Resolução, estabelece que na hipótese da insuficiência dos dividendos e juros sobre o capital próprio, a CEB deverá aportar os recursos necessários no capital social da CEB-D, cujo aporte anual não poderá ser inferior ao montante do referido compromisso.

A CEB integralizou na CEB D, a parcela das ações subscritas relativa a 2008, com valor histórico de R\$ 20.030. A integralização das demais parcelas dar-se-á por meio de um imóvel, cuja avaliação (R\$ 274.400) foi aprovada pela Assembléia Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 2009 (Nota 10). Após a autorização da ANEEL, o referido ativo foi destinado à Empresa distribuidora e está contabilizado no Patrimônio Líquido com o valor avaliado.

Entretanto, a Agência reguladora reconhecerá a integralização das ações por meio do imóvel, quando ocorrer sua alienação, considerando o valor financeiro líquido da operação, deduzidos os impostos relacionados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5

Havia a previsão de conclusão do processo de alienação no decorrer de 2011, apesar das tentativas a empresa não obteve sucesso. Em 2012 a empresa retomará o processo, possibilitando o completo atendimento do “Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado pelas empresas envolvidas, inclusive de forma antecipada. A conclusão da operação destinará os recursos necessários e suficientes para que a CEB Distribuição S.A. continue o intenso programa de investimentos iniciado em 2007, permitindo a recuperação e as ampliações necessárias do sistema de distribuição de energia da área de concessão e assegurando o adequado padrão de qualidade da energia fornecida a seus clientes.

- CEB Geração S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648 de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.
- CEB Participações S.A. – CEBPar – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritariamente ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG–CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- CEB Lajeado S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) das ações da controlada.

A CEB Lajeado em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 85,31% do capital social da INVESTCO S.A., sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, Estado de Tocantins.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6

(b) Controlada em conjunto com outros acionistas

- Energética Corumbá III S.A. – sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) Coligadas

Corumbá Concessões S.A. – sociedade por ações, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. O Grupo tem uma participação no capital social da empresa de 39,07%, sendo 36,95% de propriedade da CEB e 2,12% de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.

A Concessionária atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficiência energética.
- Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

A Administração entende que o excesso de passivo circulante, no montante de R\$ 52.662 no encerramento do primeiro trimestre de 2012 (R\$ 45.940 em 31/12/2011), sobre o ativo circulante são administráveis no que diz respeito à sua liquidação, uma vez que, em sua boa parte, são relacionados aos valores dos empréstimos do BNDES e Banco do Brasil - BB e aos dividendos declarados, ambos previstos no cronograma de caixa da Corumbá Concessões, mantendo inclusive, no que diz respeito ao BNDES/BB, o índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD.

Investco (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – companhia de capital aberto tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). O Grupo detém através de sua Controlada CEB Lajeado S.A uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 19,99% de ações preferenciais classe B.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7

1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
GERAÇÃO			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
OUTROS			
CEBGÁS S/A	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Base de Preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2012 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, arquivadas em 31 de março de 2012, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2011,.

Não foram elaboradas demonstrações dos resultados abrangentes para as demonstrações financeiras individuais e para as demonstrações financeiras consolidadas em razão de não haver itens passíveis de alocação nessas demonstrações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8

Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 31 de março de 2012, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.2 Consolidação

(a) Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio ou resultado é reconhecido.

(b) Investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (joint venture) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com a política contábil adotada pelo Grupo.

(c) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as receitas e despesas e as variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos, ou obrigação por passivo a descoberto.

(d) Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que auferir da operação conjunta (Nota 12 (c)).

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9

(e) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o trimestre encerrado em 31 de março de 2012. A Administração do Grupo está em processo de avaliação das referidas normas e interpretações para futura implementação daquelas que forem aplicáveis ao Grupo, quando da sua vigência.

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Alteração ao IAS 19 - "Benefícios a Empregados"	Estas alterações eliminam a abordagem do corredor ^{1º} de janeiro de 2013 e requerem que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida.	
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de 1º de janeiro de 2013 um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	
IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"	O objetivo do IFRS 10 é estabelecer princípios para 1º de janeiro de 2013 a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas, quando houver pelo menos uma relação controlada-controladora. Define os princípios e estabelece conceito de controle como base da consolidação. Estabelece como aplicar o princípio de controle para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada. Define as exigências na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.	
IFRS 11 - "Acordos Conjuntos"	O IFRS 11 prevê uma abordagem mais realista para 1º de janeiro de 2013 acordos conjuntos, com foco maior nos direitos e obrigações de acordo, ao invés de em sua forma jurídica. Os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operações conjuntas e <i>joint ventures</i> .	

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
	Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. <i>Joint ventures</i> existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de <i>joint ventures</i> não é mais permitida.	
IFRS 12 - "Divulgações sobre Participações em Outras Entidades"	O IFRS 12 trata das exigências de divulgação para 1º de janeiro de 2013 todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	
IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo"	O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e 1º de janeiro de 2013 reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.	
IAS 28 (revisado em 2011) - "Coligadas e Controladas em Conjunto (<i>Joint Ventures</i>)"	O IAS 28 (revisado em 2011) requer que 1º de janeiro de 2013 controladas em conjunto e coligadas sejam avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	

3 GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações do Grupo não correm riscos adicionais.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de Crédito

- CEB Distribuição – A CEB-D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A Distribuidora possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

- Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto– São empresas que possuem como principal cliente a CEB-D. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB-D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12

orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Conforme descrito na Nota 1, a CEB-D vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	143.759	125.070	18.689			
Obrigações Tributárias	227.334	130.064		97.270		
Encargos Regulatórios	229.611		133.117	96.494		
Empréstimos e Financiamentos	437.867	40.886	91.033	87.090	162.795	56.063
Obrigações Societárias	9.941	9.941				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.643	11.822	11.821			
Benefícios Pós Emprego	248.285	27.091	27.091	108.364	85.739	
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	46.960			46.960		
Demais Obrigações	53.309	33.309		20.000		
Total	1.420.709	378.183	281.751	456.178	248.534	56.063

(c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 5 e 18, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações do CDI e TJLP. A taxa estimada de CDI em 31 de dezembro de 2012, da ordem de 9% a.a., de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central. No caso, a TJLP atribuiu-se a taxa de 6%a.a.

Com o cenário apresentado para a CEB – D e a controladas em conjunto Energética Corumbá III, elaborou-se uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta nas taxas de CDI e TJLP em relação a 31 de dezembro de 2011, considerando os cenários possível e remoto, respectivamente. A análise para os demais itens patrimoniais não são relevantes.

Nesses cenários, possível e remoto, as taxas do CDI e TJLP em 31 de dezembro de 2012 seriam de 11,25% e

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13

13,50%, respectivamente. Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Em 31 de março de 2012, através de novas projeções de taxas de juros (boletim Focus) foi realizado novo cálculo para as posições em aberto de empréstimos e financiamentos na data das Informações Intermediárias. O impacto estimado da variação nas taxas de juros no resultado consolidado para os próximos 12 meses seriam os seguintes:

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		9,95%	12,44%	14,93%
	219.398	241.228	249.401	256.621
Efeito da Variação do CDI		(21.830)	(30.003)	(37.223)

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		9,00%	11,25%	13,50%
	227.634	248.121	253.243	258.365
Efeito da Variação do CDI		(20.487)	(25.609)	(30.731)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		6,00%	7,50%	9,00%
	148.193	157.085	159.974	162.591
Efeito da Variação da TJLP		(8.892)	(11.781)	(14.398)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		6,00%	7,50%	9,00%
	131.946	139.863	146.790	149.759
Efeito da Variação da TJLP		(7.917)	(14.844)	(17.813)

Impactos no Resultado	31/03/2012	31/12/2011
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	8.173	5.122
TJLP	2.890	6.927
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	15.393	10.244
TJLP	5.506	9.896

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a controlada CEB-D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14

perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A CEB-D desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 31 de dezembro de 2011 a Administração estimou que o valor de um dólar americano em 31 de dezembro de 2012 será de R\$ 1,79 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro. Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado no exercício de 2012, foram considerados os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2011. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de dezembro de 2011.

Consideraram-se cenários possíveis e remotos a taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012, da ordem de R\$ 2,24 e R\$ 2,69, respectivamente:

Em 31 de março de 2012, através de novas projeções de taxas de câmbio (boletim Focus) foi realizado novo cálculo para as posições de dívida vinculadas a variação do câmbio em aberto na data das Informações Intermediárias. O impacto estimado no resultado consolidado para os próximos 12 meses seriam os seguintes:

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	1,8334	1,80	2,25	2,70
	17.053	16.742	20.928	25.114
Efeito da Variação do Dólar		311	(3.875)	(8.061)

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	1,8758	1,79	2,24	2,69
	20.691	19.745	24.681	29.617
Efeito da Variação do Dólar		946	(3.990)	(8.926)

Impactos no Resultado	31/03/2012	31/12/2011
Cenário Possível - Cenário Provável		
Dólar	4.186	4.936
Cenário Remoto - Cenário Provável		
Dólar	8.371	9.872

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Total dos empréstimos (Nota 18)	437.867	425.483
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	<u>(49.947)</u>	<u>(66.748)</u>
Dívida líquida	<u>387.920</u>	<u>358.735</u>
Total do patrimônio líquido	<u>535.541</u>	<u>518.315</u>
Total do capital	<u>923.461</u>	<u>877.050</u>
Índice de alavancagem financeira - %	42	41

4.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16

	Avaliação	31/03/2012			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	1.312	1.312	25.399	25.399
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.327	10.327
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	17	17	24.548	24.548
Contas a Receber	Custo Amortizado	26.539	26.539	438.415	438.415
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.196	1.196
Ativo Financeiro Indenizável	Custo Amortizado			420.730	420.730
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	5.814	5.814	143.759	143.759
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			127.426	127.426
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			229.611	229.611

	Avaliação	31/12/2011			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	3.381	3.381	44.134	44.134
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.371	10.371
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	86	86	22.614	22.614
Contas a Receber	Custo Amortizado	27.480	27.480	423.737	423.737
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.202	1.202
Ativo Financeiro Indenizável	Custo Amortizado			374.965	374.965
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	7.795	7.795	155.447	155.447
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	1.355	1.355	127.599	127.599
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			214.449	214.449

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupomensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	Controladora			
	31/03/2012		31/12/2011	
	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras
Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	17	1.312	86	3.381

	Consolidado			
	31/03/2012		31/12/2011	
	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras
Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	24.548	25.399	22.614	44.134

4 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos conta Movimento	17	86	24.548	22.614
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.312	3.381	25.399	44.134
Total	1.329	3.467	49.947	66.748

As aplicações financeiras classificadas no circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18

5 CONTAS A RECEBER

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			433.164	419.191
Títulos de Créditos a Receber			43.003	56.196
Serviços Prestados a Terceiros	26.539	27.480	39.733	43.542
Total a Receber Bruto	26.539	27.480	515.900	518.929
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa			(77.485)	(95.192)
Total a Receber Líquido	26.539	27.480	438.415	423.737
Circulante	26.539	27.480	315.337	306.169
Não Circulante			123.078	117.568

(b) Valores a receber por idade de vencimento (consolidado)

Classes de Consumidor	Saldo Vincendo	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/03/2012	Total 31/12/2011
Residencial	27.716	30.401	32.162	90.279	88.328
Poder Público	9.051	4.713	66.566	80.330	72.538
Comércio, Serviços e Outros	17.297	14.226	26.059	56.470	79.937
Iluminação Pública	5.981		47.112	53.093	52.965
Rural	2.516	1.248	5.341	9.105	7.324
Industrial	3.369	1.462	2.880	7.711	9.585
Serviço Público	6.321	8	1.239	7.568	7.645
Subtotal Consumidores	72.251	52.058	181.359	304.556	318.322
Fornecimento Não Faturado				91.468	89.328
Acréscimo Moratório Conta de Energia				47.378	47.378
Parcelamentos a Faturar CP e LP				9.173	8.365
Serviços Prestados por Terceiros (*)	26.539			26.539	27.480
Acordo CAESB (nota 5e)				19.316	20.478
Acordo BrasilTelecom (nota 5f)				9.898	
Concessionárias e Permissionárias	5.178	913	1.903	7.994	6.879
Serviço Taxado	504	499	651	1.654	1.563
Outros				1.077	764
Arrecadação a Classificar				(3.153)	(1.628)
TOTAL	104.472	53.470	183.913	515.900	518.929
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(77.485)	(95.192)
CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	104.472	53.470	183.913	438.415	423.737

(*) Valores relativos às contas a receber da controladora

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (consolidado)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19

	31/02/2012	31/12/2011
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	59.121	59.380
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	47.063	41.522
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	36.548	33.757
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	28.003	48.786
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	5.019	4.819
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	2.837	2.727
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias	2.387	2.327
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias	1.237	1.232
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(104.730)	(99.358)
Total	77.485	95.192

Os valores acima representam a provisão para créditos de liquidação duvidosa do consolidado em função de não haver provisão para a controladora. A movimentação está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	95.192
Adições	1.392
Baixas	(19.099)
Saldo em 31 de março de 2012	77.485

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias, compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo. Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o acionista controlador:

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias	31/02/2012	31/12/2011
Secretarias de Governo	53.534	52.870
Administrações Regionais	50.101	44.912
Empresas do GDF	979	979
Outras	116	597
Total	104.730	99.358

(e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal

Em agosto de 2011 a CEB-D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB relativa encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor do débito reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir o montante em 31 de março de 2012:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data Acordo	28.237
Amortização	(4.706)
Ajuste a Valor Presente	(4.215)
Valor parcelamento em 31/03/2012	19.316
Circulante	8.917
Não Circulante	10.399

O Acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

(f) Acordo realizado com a Brasil Telecom “Oi”

Em março de 2012 a Companhia celebrou um Acordo com a Brasil Telecom S/A relativo a débitos que estavam ajuizados desde 2003, relativo à utilização pela Brasil Telecom do sistema de distribuição de Energia Elétrica para fixação de equipamentos e cabos de telecomunicações. As empresas divergiam quanto ao valor devido como remuneração pelo uso da infra-estrutura da CEB D e em razão disso, os termos do contrato de compartilhamento estavam sendo discutidos no âmbito judicial.

A CEB D também tinha um passivo com a Brasil Telecom S/A relativo à prestação de serviços de locação de ambiente de informática do Cyber Data Center.

As empresas decidiram por encerrar os processos firmaram o Acordo com o acerto de contas entre elas. Apresentamos a seguir o montante negociado e o efeito no resultado com esse Acordo:

Total dos Títulos até 28/02/12	26.338
Passivo contabilizado	6.169
Valor líquido encontro de contas	20.169
Valor recebido (depósito judicial já liberado)	(4.316)
Valor líquido a receber	15.853
Valor a receber em 26/04/2012	6.178
Valor a receber depósito judicial	3.720
Total a ser recebido	9.898
Perda total no Acordo	5.955

Dos débitos de R\$ 26.338 mil, R\$ 21.769 mil estavam provisionados até 28 de fevereiro de 2012, os quais foram estornados e registrada a perda efetiva na operação no valor de R\$ 5.955 mil. Consequentemente na data da demonstração financeira intermediária foi gerado um efeito líquido positivo no resultado de R\$ 15.814 mil, registrado na rubrica “Despesas com Vendas”..

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21

6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.291	2.040	15.471	13.068
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	622	573	8.157	6.972
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.637	2.630	2.818	2.678
Total	5.550	5.243	26.446	22.718
Circulante	5.550	5.243	19.904	16.176
Não Circulante			6.542	6.542

(b) Outros Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS			15.288	16.102
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	40		225	134
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	281	18	283	42
Programa de Integração Social - PIS	239	4	239	10
Outros			661	647
Total	1.104	566	17.240	17.479
Circulante	1.104	566	8.343	8.066
Não Circulante			8.897	9.413

(c) Resumo dos Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	5.550	5.243	26.446	22.718
Outros Tributos e Contribuições Compensáveis	1.104	566	17.240	17.479
Total	6.654	5.809	43.686	40.197
Circulante	6.654	5.809	28.247	24.242
Não Circulante			15.439	15.955

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22

7 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Alienação de Bens (a)			35.123	38.955
Serviços em Curso	456		10.865	5.358
Desativações em Curso (c)			7.891	8.161
Outras Despesas Antecipadamente		5	5.936	5.679
Previdência Privada dos Empregados			2.579	2.928
Crédito com Empregados			1.707	651
Títulos de Crédito a Receber (b)			1.196	1.202
Dividendo/JSCP s a Receber	803	10.663	13	13
Coligadas e Controladas	98	66		
Outros Créditos	818	817	5.099	5.039
Total	2.175	11.551	70.409	67.986
Circulante	2.077	11.485	59.090	51.017
Não Circulante	98	66	11.319	16.969

- a) Em 2011 a CEB Distribuição efetuou a venda de 4 (quatro) terrenos de sua propriedade mediante licitação. Um dos terrenos, o de valor mais relevante, foi vendido de forma parcelada em 24 prestações mensais, corrigidas pela variação do índice IGP-M e remuneradas a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês. O custo contábil dos imóveis vendidos soma R\$ 1.895 mil, os valores de venda somam R\$ 57.524 mil, obtendo um ganho na alienação de R\$ 56.029 mil.

Em fevereiro de 2012 a CEB Distribuição .a efetuou a venda de mais 1 (um) terreno de sua propriedade mediante licitação. O terreno foi vendido de forma parcelada, com uma entrada de R\$ 3.859 mil e o restante em 3 prestações mensais, corrigidas pela variação do índice IGP-M e remuneradas a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês. O custo contábil do imóvel vendido era de R\$ 1 mil, o valor de venda soma R\$ 12.864 mil, obtendo um ganho na alienação de R\$ 12.863 mil, registrado na rubrica “Outras Receitas Operacionais”.

- b) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis classes “A” e “B” emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.
- c) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço, cujo valor dos itens, quando desativados, são classificados pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Vencimento	Consolidado	
		31/03/2012	31/12/2011
Aplicações Financeiras (a)	2019	8.680	8.758
Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos (b)	2023	1.647	1.613
Total		10.327	10.371
Não Circulante		10.327	10.371

- a) A Controlada CEB Participações participa com 4,7% do Fundo de Investimento em Participação – FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23

- O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM no 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;
- Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;
- O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
- Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do fundo; e
- Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforme cláusula contratual.

A Companhia tem interesse em manter o investimento até o seu resgate, que ocorrerá em 2019, e possui capacidade financeira para manter este instrumento financeiro até o vencimento. De acordo com o regulamento do FIP, a responsabilidade da Companhia está limitada as suas cotas.

- b) Refere-se à aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de dezembro de 2023).

9 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da CEB Distribuição S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

10 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	Controladora		Consolidado	
			31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m ²			274.400	274.400
Terreno	Diversas Localidades		2.850	2.850	3.669	3.669
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²			896	896
Total			2.850	2.850	278.965	278.965

Tais ativos encontram-se registrados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

- a) Em 2009, o controlador aumentou o capital da Companhia por meio de um terreno avaliado pelo seu valor justo na data do referido aumento de capital a fim de atender o “Compromisso de Subscrição de Ações” constante da Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. A ANEEL, por meio do Ofício 1.358/2009 – SFF/ANEEL, de 18 de setembro de 2009 ressaltou que a Resolução nº 958/2007 somente teria eficácia após a alienação do imóvel. A Companhia fez duas tentativas de venda do terreno, mediante licitação, em 22 de julho de 2010 e 03 de agosto de 2010 e não houve proponentes, restando deserto os certames. Em 27 de setembro de 2011 a Companhia Energética de Brasília – CEB comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a Companhia por meio de contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa operação poderá envolver a aquisição do terreno sobredito pelo GDF,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24

constante da Nota Explicativa 10 a. Entretanto, a possível aquisição dependerá do desfecho final da operação de empréstimo, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 05 de janeiro de 2012 e enquadrada pelo BNDES conforme Ofício no. 297/2012-BNDES CEC, de 17 de abril de 2012. O imóvel continua registrado pelo valor que ingressou na Companhia por meio do mencionado aumento de capital que não supera o valor justo, que foi apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada.

11 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

(a) Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Concessionária - Operador, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela concessionária, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para a prestação de serviço público, em relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcela A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da concessionária, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da concessionária, abrangendo:

- i. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- ii. Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da concessionária é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) para o primeiro trimestre de 2012 está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	374.965
Adições	45.765
Saldos em 31 de março de 2012	420.730

12 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Avaliados por Equivalência Patrimonial	575.287	558.987	306.229	298.258
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	37.732	28.732	3.232	3.232
Outros	1.749	1.748	1.749	9.718
Total	614.768	589.467	311.210	311.208

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladora						31/03/2012	31/12/2011
Investidas	Capital Social Integralizados	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil
CEB Distribuição S.A	350.432	272.476	100,00	100,00	350.532.450	272.476	257.306
CEB Geração S.A	7.575	11.138	100,00	100,00	7.575.212	11.138	12.673
CEB Participações S.A	41.271	42.682	100,00	100,00	41.270.415	42.681	44.061
CEB Lajeado S.A	145.656	351.030	59,93	59,93	82.013.911	121.036	115.584
Companhia Brasiliense de Gás S.A	4.271	2.334	17,00	51,00	30.600	397	414
Corumbá Concessões S.A	375.463	213.103	36,95	9,30	256.009.911	78.736	81.164
Energética Corumbá III S.A	121.586	130.194	37,50	25,00	45.594.783	48.823	47.785
Total						575.287	558.987

Consolidado						31/03/2012	31/12/2011
Investidas	Capital Social Integralizados	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil
Corumbá Concessões S.A	375.463	213.103	36,95	9,3	256.009.911	83.253	81.164
Investco S.A	804.459	1.114.881	16,98	20	133.563.595	222.976	217.094
Total						306.229	298.258

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26

• Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladora

Investidas	31/03/2012		31/03/2012	
	Lucro / (Prejuízo) do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial
CEB Distribuição S.A	15.170	15.170	(14.929)	(14.929)
CEB Geração S.A	1.748	1.748	2.040	2.040
CEB Participações S.A	(1.380)	(1.380)	2.504	2.504
CEB Lajeado S.A	9.749	5.452	7.052	3.548
Companhia Brasiliense de Gás S.A	(99)	(17)	(134)	(23)
Corumbá Concessões S.A	(6.571)	(2.428)	(11.876)	(4.389)
Energética Corumbá III S.A	2.767	1.038	236	89
Total	21.384	19.583	(15.107)	(11.160)

• Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladora

Investidas	31/12/2011	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Resultado de Equivalência Patrimonial	31/03/2012
CEB Distribuição S.A	257.306		15.170	272.476
CEB Geração S.A	12.673	(3.283)	1.748	11.138
CEB Participações S.A	44.061		(1.380)	42.681
CEB Lajeado S.A	115.584		5.452	121.036
Companhia Brasiliense de Gás S.A	414		(17)	397
Corumbá Concessões S.A	81.164		(2.428)	78.736
Energética Corumbá III S.A	47.785		1.038	48.823
Total	558.987	(3.283)	19.583	575.287

Consolidado

Investidas	31/12/2011	Transferência do Método de Custo para MEP	Equivalência Patrimonial	31/03/2012
Corumbá Concessões S.A	81.164	7.969	(5.880)	83.253
Investco S.A	217.094		5.882	222.976
Total	298.258	7.969	2	306.229

(c) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Contas Patrimoniais	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	6.871	4.313
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.700	3.732
Outros Créditos	150	84
Fundos Vinculados	4.392	4.303
Imobilizado	210.582	211.244
Intangível	297	294
Total de Ativos	224.992	223.970
Fornecedores	83	146

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27

Contas Patrimoniais	31/03/2012	31/12/2011
Tributos e Contribuições Sociais	351	402
Folha de Pagamento	5	5
Empréstimos e Financiamentos	82.027	83.825
Outras Obrigações	2.739	2.563
Dívidas com pessoas ligadas	9.593	9.603
Patrimônio Líquido	130.194	127.426
Total Passivo + Patrimônio Líquido	224.992	223.970
Contas de Resultado	31/03/2012	31/03/2011
Receita Operacional Líquida	7.506	6.992
Custo com Energia	(304)	(763)
Custos de Operação	(2.176)	(2.008)
Despesas Operacionais	(416)	(1.947)
Despesas Financeiras, Líquidas	(1.598)	(1.818)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(244)	(220)
Lucro Líquido do Exercício	2.768	236

(d) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Contas Patrimoniais	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	226	1.212
Outros Créditos	4.991	5.886
Imobilizado/Intangível	128.055	129.058
Total de Ativos	133.272	136.156
Fornecedores	5.340	6.257
Tributos e Contribuições Sociais	490	468
Outras Obrigações	7.697	8.799
Patrimônio Líquido	119.745	120.632
Total Passivo + Patrimônio Líquido	133.272	136.156

(e) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas demonstrações consolidadas do grupo.

13 INTANGÍVEL

Consolidado						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31/12/2011	241.861	127.452	50.342	2.881	158.946	581.482
Adições	8.716	31.232	4			39.952
Baixas	(2.197)	(53.215)				(55.412)
Obrigações Especiais	1.352	(1.562)				(210)
Saldo em 31/03/2012	249.732	103.907	50.346	2.881	158.946	565.812

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28

Consolidado						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Amortização Acumulada						
Saldo em 31/12/2011	(119.398)		(38.376)		(35.321)	(193.095)
Amortizações	(9.656)		(727)		(1.471)	(11.854)
Saldo em 31/03/2012	(129.054)		(39.103)		(36.792)	(204.949)
Intangível Líquido 2012	119.511	105.074	11.243	2.881	122.154	360.863
Intangível Líquido 2011	122.463	127.452	11.966	2.881	123.625	388.387

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Direito de Exploração de Concessão - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que gerou decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

14 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31/12/2011	20.967	58.156	20.521	62.979	7.412	5.126	142	69.470	244.773
Adições				2	521	862		15.281	16.666
Baixas			(20)	(849)		(3)		(18.230)	(19.102)
Transferências	7	11		36				(54)	-
Saldo em 31/03/2012	20.974	58.167	20.501	62.168	7.933	5.985	142	66.467	242.337
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31/12/2011		(4.734)	(8.008)	(29.227)	(7.126)	(2.456)	(108)		(51.659)
Depreciação		(299)	(144)	(604)	(94)	(249)			(1.390)
Baixas			6	162		3			171
Saldo em 31/03/2012		(5.033)	(8.146)	(29.669)	(7.220)	(2.702)	(108)	-	(52.878)
Imobilizado Líquido - 2012	20.974	53.134	12.355	32.499	713	3.283	34	66.467	189.459
Imobilizado Líquido - 2011	20.967	53.422	12.513	33.752	286	2.670	34	69.470	193.114
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29

(b) Custo atribuído (Deemed Cost)

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foi:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 01 de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de março de 2012 líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Suprimento de Energia Elétrica			90.425	84.210
Materiais e Serviços	5.814	7.795	38.972	56.016
Encargos de Uso de Rede Elétrica			14.134	14.936
Fornecedores de Gás			228	272
Compra de Energia Elétrica				13
Total	5.814	7.795	143.759	155.447
Circulante	5.814	7.795	143.759	155.447

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	86.764	84.879
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	26.141	26.141	31.762	30.939
Total	97.663	97.663	118.526	115.818
Circulante	393	393	10.059	5.710
Não Circulante	97.270	97.270	108.467	110.108

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30

contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	17.226	(12.348)	17.226	(12.348)	29.193	37	29.193	37
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(2)	1.642	(2)	1.642
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(1.691)	(5.015)	(1.593)	(5.015)
Total do Resultado Tributável	17.226	(12.348)	17.226	(12.348)	27.500	(3.336)	27.598	(3.336)
Ajuste RTT					2.661	(3.236)	2.661	(3.236)
Equivalência Patrimonial	(19.584)	11.160	(19.584)	11.160				
Adições(exclusões)permanentes	4	3	4	3	10.514	15.926	10.514	16.187
Adições(exclusões)temporárias					(16.001)	19.357	(16.001)	19.357
Total	(2.354)	(1.185)	(2.354)	(1.185)	24.674	28.711	24.772	28.972
(-)-Compensação prejuízo fiscal	-		-		537	(5.006)	537	(5.006)
Base de cálculo	(2.354)	(1.185)	(2.354)	(1.185)	25.211	23.705	25.309	23.966
Alíquota aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente					6.009	5.926	2.181	2.157
IRPJ/CSLL - Base Negativa não constituído					588	286	212	107
IRPJ - Lucro Presumido					243	352	125	164
Imposto de renda e contribuição social corrente					6.840	6.564	2.518	2.428
Imposto de renda e contribuição social diferido					(1.180)		(426)	

(b) Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 16). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S.A., como aporte de capital e está registrado como disponível para alienação. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por oportunidade da venda dos terrenos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	79.750	71.522
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.748	25.748	28.717	25.748
Total	97.270	97.270	108.467	97.270
Não Circulante	97.270	97.270	108.467	97.270

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS		59	95.993	99.450
Contribuição Social para Financ. da Seguridade Social- COFINS	17	302	6.542	7.116
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	373	447	2.104	2.658
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	25	75	1.335	1.607
Programa de Integração Social – PIS	5	50	1.428	1.538
Outros	430	578	1.406	3.944
Total	850	1.511	108.808	116.313
Circulante	543	1.204	108.321	115.832
Não Circulante	307	307	487	481

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31

(d) Resumo das Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	97.663	97.663	118.526	115.818
Outros Tributos	850	1.511	108.808	116.313
Total	98.513	99.174	227.334	232.131
Circulante	936	1.597	118.380	121.542
Não Circulante	97.577	97.577	108.954	110.589

17 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Superávit de Baixa Renda (a)	85.435	83.367
Contribuição de Iluminação Pública (b)	69.112	58.015
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (c)	49.478	46.223
Encargos do Consumidor a Recolher	17.141	19.238
Consumidores	8.445	7.606
Total	229.611	214.449
Circulante	133.117	122.412
Não Circulante	96.494	92.037

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. A ANEEL deverá estabelecer os procedimentos a serem adotados para o ressarcimento aos consumidores.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

(b) Contribuição de Iluminação Pública

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública. e
- II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32

(c) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB Distribuição, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo a ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	31/03/2012	31/12/2011
Programa de Eficiência Energética - PEE	37.440	35.092
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	11.288	10.397
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	502	492
Ministério de Minas e Energia – MME	248	242
Total	49.478	46.223

18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	31/03/2012	31/12/2011	
ELETOBRÁS	70.276	64.552	Tx. De Adm + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S/A (FINAME)	7.751	8.001	Juros de 4,5% a.a.
Banco do Brasil S/A (FCO)	109.682	92.510	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal S/A	168.872	178.397	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S/A	50.526	50.588	129% do CDI Cetip (durante o período de utilização)
BNDES (i)	30.760	31.435	TJLP + 1,72% a.a.
Total	437.867	425.483	
Total do Circulante	127.426	127.599	
Total do Não Circulante	310.441	297.884	

- (i) contrato com cláusulas restritivas sobre a não constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao credor. Caso ocorra a situação acima, sem anuência do credor, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33

(a) Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A. O financiamento junto ao BNDES restringe-se a controlada em conjunto Energética Corumbá III tem as seguintes garantias:

- Penhor de Direitos emergentes do Contrato de Concessão para Exploração da Usina, incluindo:
 - i. Direitos supervenientes de crédito decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("CCVE"), e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia;
 - ii. As garantias constantes do "CCVE";
 - iii. Direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Companhia;
 - iv. Direito de vender a energia elétrica produzida pelo projeto mencionado na Condição Geral nº 5, hipótese de excussão do penhor mencionado na Condição Geral nº 12.1.1; e
 - v. Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- Penhor das ações de emissão da Companhia.
- Penhor dos Direitos Creditórios de todas as obrigações decorrentes do Contrato, da totalidade dos direitos creditórios da Companhia, especialmente dos provenientes do CCVE celebrado com a CEB Distribuição S.A., em 12 de novembro de 2002 e seus posteriores Aditivos.

Os montantes das dívidas classificadas no não circulante em 31 de março de 2012 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2013	67.538
2014	86.875
2015	70.687
2016	24.388
2017	19.100
2018 em diante	41.853
Total	310.441

19 BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A Companhia e suas controlada são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos

Plano Complementar de Benefícios Previdenciais
 Plano de Benefícios CEBPREV
 Plano Assistencial
 Plano CEB Saúde

Benefícios

Aposentadoria e pensão
 Aposentadoria e pensão
 Assistência médica
 Assistência médica

Classificação

Benefício definido
 Contribuição definida
 Benefício definido
 Contribuição definida

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34

Os montantes no resultado passivo relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

	31/03/2012	31/12/2011
Plano de Previdência	105.247	108.446
Plano de Assistência	118.152	115.891
Programa de Demissão Voluntária	24.886	28.245
Total	248.285	252.582
Circulante	57.683	53.080
Não Circulante	190.602	199.502

a) Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de março de 2012:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2011	105.487	25.418	80.069
Amortização no trimestre	(6.354)	(6.354)	
Atualização no trimestre	3.518	813	2.705
Transferências para o circulante		9.010	(9.010)
Passivo em 31/03/2012	102.651	28.887	73.764

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo está assim contabilizada:

	31/03/2012	31/12/2011
Contribuições para o plano	2.595	2.959
contrato de dívida	102.651	105.487
Total	105.246	108.446

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35

b) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2011	28.245	13.803	14.442
Amortização no trimestre	(3.409)	(3.409)	
Atualização no trimestre	49	49	
Transferências para o circulante		2.394	(2.394)
Passivo em 31/03/2012	24.885	12.837	12.048

20 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Regulatórias			31.171	30.425
Trabalhistas			2.848	4.002
Fiscais	7.196	7.196	7.196	7.196
Cíveis			5.745	6.322
Total	7.196	7.196	46.960	47.945
Circulante	7.196	7.196	10.290	11.519
Não Circulante			36.670	36.426

(a) Movimentação das Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

No exercício de 2010 foi constituída provisão no montante de R\$ 9.940, relativo a processos administrativos de natureza fiscal junto à Receita Federal do Brasil baseado na opinião dos procuradores jurídicos, que acreditam na chance de um desfecho desfavorável para a Companhia. No exercício de 2011 foi realizada nova análise dos processos administrativos de natureza fiscal pelos procuradores jurídicos e verificou-se a extinção de alguns processos de natureza fiscal que tinham como objeto a compensação de tributos federais. Com esta nova avaliação foi realizada uma reversão de provisão no valor R\$ 2.744, passando o saldo das provisões consideradas prováveis para R\$ 7.196 em 31 de dezembro de 2011. Os recursos atualmente encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e na Divisão de Orientação e Análise Tributária.

Caso tais litígios sejam julgados procedentes em última instância, a Companhia poderá fazer desembolsos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2011	4.002	6.322	7.196	30.425	47.945
Constituições de Provisão	219	97			316
Reversão de Provisão	(955)	(1.142)			(2.097)
Atualização Monetária	23	26		747	796
Saldo em 31/03/2012	3.289	5.303	7.196	31.172	46.960

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Controlada CEB Distribuição S.A, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas Regulatórias

A Controlada CEB Distribuição S.A está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolção dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP, CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios classificadas como Possíveis

A Controlada CEB Distribuição S.A possui processos de natureza trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de março de 2012 é de R\$ 479 (R\$ 1.277 em 31/12/2010).

21 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	20.000	20.000	20.000	20.000
Parcelamento de Multa ANEEL			14.209	19.170
Arrendamento			4.556	3.574
Consignações a Favor de Terceiros	13	6	4.251	3.840
Retenções Contratuais			3.551	3.625
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			1.463	1.126
Cauções e Garantia			736	621
Retenção de Quotas RGR			724	724
Encargos Ex - Isolados Lei 12.111/09			608	607
Obrigações com Empresas Ligadas	185	219		
Outras Obrigações			3.211	2.708
Total	20.198	20.225	53.309	55.995
Circulante	198	225	23.517	25.944
Não Circulante	20.000	20.000	29.792	30.051

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que ainda necessita de aprovação no Acordo de Acionistas. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 31/12/2011). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/03/2012	31/12/2011
Ações ordinárias	4.576.432	4.576.432
Ações Preferenciais	4.607.026	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	9.183.458	9.183.458

Valor Patrimonial por Ação	31/03/2012	31/12/2011
Patrimônio Líquido	535.541	518.315
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.994)	(11.994)
Total	523.547	506.321
Quantidade de Ações	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em Reais	57,01	55,13

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da controlada em conjunto Energética Corumbá III, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivilência patrimonial.

Em 31 de março de 2012, o saldo de ajustes de avaliação patrimonial é de R\$ 187.970 (R\$ 187.970 em 31/12/2011).

(c) Resultado do período

O lucro líquido do primeiro trimestre de 2012 foi de R\$ 17.226 e foi compensado com os prejuízo acumulados da Companhia conforme demonstrativo abaixo:

	31/03/2012	31/12/2011
Prejuízos Acumulados de exercícios anteriores	(53.305)	(79.495)
Lucro Líquido do Período	17.226	26.190
Saldo de Prejuízos a Compensar	(36.079)	(53.305)

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

- **Reserva legal:** destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.
- **Retenção de lucro para investimento:** formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Até o encerramento do exercício de 2007 a retenção de lucros para investimentos permanecia na conta de lucros acumulados, em linha com o art. 8º da Instrução CVM nº 59/1986. Com a vigência da Lei nº 11.638/2007, que determina que não deve permanecer saldo na conta de lucros acumulados ao final do exercício, a referida retenção de lucros remanescentes integra esta reserva para investimentos.

As reservas de lucros somente serão absorvidas para redução do prejuízo acumulado após a aprovação em Assembleia de Acionistas.

(f) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39

23 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infra-estrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A e Energética Corumbá III S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.;
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – tem como atribuição a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasiliense de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no fim do primeiro trimestre de 2012.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e de 2011 estão incluídas abaixo:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31/03/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	344.354	6.153	29.674	9.508	(30.077)	359.612
Energia Elétrica comprada para Revenda	(190.464)	(20)			29.777	(160.707)
Encargos de uso da rede elétrica	(33.422)	(290)	(3.397)		290	(36.819)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(223.886)	(310)	(3.397)		30.067	(197.526)
Pessoal	(36.384)	(283)	(714)	(313)		(37.694)
Entidade de Previdência Privada	(1.508)			(1)		(1.509)
Material	(1.443)	(21)	(2)	(16)		(1.482)
Serviço de Terceiros	(26.745)	(1.105)	(839)	(10.002)		(38.691)
Depreciação e Amortização	(9.536)	(467)	(1.658)	(81)		(11.742)
Provisões	(1.723)	(18)	(215)	(40)		(1.996)
Custo de Construção	(31.232)					(31.232)
Outras	18.939	(366)	(14.624)	(1.324)	(90)	2.535
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(89.632)	(2.260)	(18.052)	(11.777)	(90)	(121.811)
Equivalência Patrimonial			2.429	19.584	(22.011)	2
RESULTADO BRUTO	30.836	3.583	10.654	17.315	(22.111)	40.277
Receita Financeira	9.950	249	961	43	(331)	10.872
Despesa Financeira	(20.989)	(695)	(374)	(230)	331	(21.957)
RESULTADO FINANCEIRO	(11.039)	(446)	587	(187)		(11.085)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	19.797	3.137	11.241	17.128	(22.111)	29.192
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.234)	(252)	(2.872)			(9.358)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.607					1.607

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

40

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31/03/2012
RESULTADO LÍQUIDO	15.170	2.885	8.369	17.128	(22.111)	21.441
Atribuível aos Acionistas não Controladores					(4.215)	(4.215)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	15.170	2.885	8.369	17.128	(26.326)	17.226
INFORMAÇÕES ADICIONAIS						
Receitas de Operacional Líquida	344.354	6.153	29.674	9.508		389.689
Receita entre Segmentos		(2.916)	(26.861)			(29.777)
Receitas com Clientes Externos	344.354	3.237	2.813	9.508		359.912
INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS						
Ativos	1.549.324	96.676	415.847	669.952	(543.618)	2.188.181

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31/03/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	309.872	5.690	27.005	5.273	(27.210)	320.630
Energia Elétrica comprada para Revenda	(156.331)	(246)	(252)		26.301	(130.528)
Encargos de uso da rede elétrica	(31.457)	(260)	(2.758)			(34.475)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(187.788)	(506)	(3.010)		26.301	(165.003)
Pessoal	(31.513)	(211)	(267)	(196)		(32.187)
Entidade de Previdência Privada	(1.319)					(1.319)
Material	(1.907)	(6)	(4)	(2)		(1.919)
Serviço de Terceiros	(25.619)	(693)	(650)	(6.300)		(33.262)
Depreciação e Amortização	(13.875)	(417)	(1.481)	(84)		(15.857)
Provisões	(11.374)					(11.374)
Custo de Construção	(23.095)					(23.095)
Outras	(3.323)	(1.011)	(12.630)	433	909	(15.622)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(112.025)	(2.338)	(15.032)	(6.149)	909	(134.635)
Equivalência Patrimonial			2.747	(11.160)	6.771	(1.642)
RESULTADO BRUTO	10.059	2.846	11.710	(12.036)	6.771	19.350
Receita Financeira	7.838	305	1.079	22		9.244
Despesa Financeira	(27.317)	(772)		(468)		(28.557)
RESULTADO FINANCEIRO	(19.479)	(467)	1.079	(446)		(19.313)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(9.420)	2.379	12.789	(12.482)	6.771	37
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.509)	(251)	(3.233)			(8.993)
RESULTADO LÍQUIDO	(14.929)	2.128	9.556	(12.482)	6.771	(8.956)
Partes Beneficiárias			(705)			(705)
Atribuível aos Acionistas não Controladores					(2.687)	(2.687)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(14.929)	2.128	8.851	(12.482)	4.084	(12.348)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS						
Receitas de Operacional Líquida	309.872	5.690	27.005	5.273		347.840
Receita entre Segmentos		(2.701)	(24.509)			(27.210)
Receitas com Clientes Externos	309.872	2.989	2.496	5.273		320.630
INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS						
Ativos	1.514.027	97.973	428.893	656.868	(527.476)	2.170.285

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

41

24 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Fornecimento de Energia Elétrica			480.619	442.544
Receita de Construção			31.232	23.095
Receita de Prestação de Serviços	9.235	4.297	10.527	5.661
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			9.001	7.117
Arrendamento e Aluguéis			5.076	4.018
Energia de Curto Prazo			7.465	5.865
Outras Receitas Operacionais			8.546	2.725
Receita Operacional Bruta	9.235	4.297	552.466	491.025
Impostos	(185)	(88)	(95.349)	(88.711)
Contribuições	(856)	(397)	(50.089)	(44.551)
Encargos do Consumidor			(47.416)	(37.133)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.041)	(485)	(192.854)	(170.395)
Receita Operacional Líquida	8.194	3.812	359.612	320.630

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011
Energia elétrica comprada para revenda	(152.743)	(127.961)
Encargos de uso da rede elétrica	(36.819)	(34.475)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(7.964)	(2.567)
Total	(197.526)	(165.003)

(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Serviço de Terceiros	(9.931)	(6.300)	(38.692)	(33.262)
Pessoal e Administradores	(268)	(196)	(37.696)	(32.187)
Custo de Construção - concessão			(31.232)	(23.095)
Arrendamento			(12.403)	(9.730)
Depreciação e Amortização	(15)	(16)	(11.741)	(15.857)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(2.315)	(1.735)
Entidade de Previdência Privada			(1.509)	(1.319)
Material	(16)	(2)	(1.483)	(1.919)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(827)	(733)
Propaganda e Publicidade			(224)	(4)
(Provisão)/ Reversão para Devedores Duvidosos			11.752	(3.451)
Outras Despesas	(83)	(90)	(5.867)	(4.920)
Total	(10.313)	(6.604)	(132.237)	(128.212)
Classificados como:				
Custo da Operação			(82.134)	(79.077)
Custo dos Serviços Prestados	(8.269)	(4.745)	(9.474)	(4.745)
Despesas com Vendas			(2.414)	(16.885)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.044)	(1.859)	(38.215)	(27.505)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

42

(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Outras Receitas Operacionais				
Ganho na Baixa de Bens			12.975	
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios		2.052	2.097	2.929
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			5.469	4.663
Total		2.052	20.541	7.592
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(7.730)	(6.755)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios			(1.112)	(6.708)
Multas ANEEL			(552)	
Outras Despesas	(40)		(721)	(552)
Total	(40)		(10.115)	(14.015)

(e) Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	32		5.860	2.056
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			3.004	2.166
Rendimentos de Aplicações Financeiras		20	922	1.406
Multas e Penalidades Aplicadas			715	1.171
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			322	276
Receita de Dividendos			255	
Outas Receitas Financeiras			118	2.169
Total	32	20	11.196	9.244
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	(9)	(439)	(10.655)	(22.277)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(185)		(6.429)	(2.487)
Atualização de Benefício pós-emprego			(2.051)	(976)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(2.116)	(1.877)
Outras Despesas Financeiras	(36)	(29)	(1.028)	(940)
Total	(230)	(468)	(22.279)	(28.557)
Resultado Financeiro	(198)	(448)	(11.083)	(19.313)

25 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

43

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	31/03/2012	31/03/2011
Lucro / (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	17.226	(12.348)
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	8.584	(6.153)
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	8.642	(6.195)
Média ponderada das ações em circulação		
Ações ordinárias – básicas	4.576	4.576
Ações ordinárias – diluídas	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas	4.607	4.607
Ações preferenciais – diluídas	4.607	4.607
Lucro por ação:		
Ações ordinárias – básicas	1,8759	(1,3447)
Ações ordinárias – diluídas	1,8759	(1,3447)
Ações preferenciais – básicas	1,8759	(1,3447)
Ações preferenciais – diluídas	1,8759	(1,3447)

26 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Remuneração	115	104	534	509
Demais Benefícios de Curto Prazo	66	33	191	114
Total	181	137	725	623

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

44

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir.

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Controlada		Consolidado	
		31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo		27.427	38.196	156.635	172.369
Contas a Receber		26.539	27.480	156.635	172.233
Corumbá Concessões S/A	a			290	291
Governo do Distrito Federal	b	26.539	27.480	156.345	171.942
Demais Ativos		888	10.716		136
Dividendos/JSCP	c	790	10.650		
CEB Geração S/A			277		
CEB Lajeado S/A			9.583		
Energética Corumbá III S/A		790	790		
Outras Operações		98	66	122	136
CEB Distribuição S/A	d	98	66		
Governo do Distrito Federal	e			122	136
Passivo		699	2.107	83.538	75.684
Fornecedores				79.167	71.313
Corumbá Concessões S/A	f			10.055	13.299
Governo do Distrito Federal	g			69.112	58.014
Dividendos				4.371	4.371
Governo do Distrito Federal	h			4.371	4.371
Empréstimos			1.355		
CEB Lajeado S/A			1.355		
Demais Obrigações		699	752		
CEB Distribuição S/A	i	514	544		
CEB Distribuição S/A	j	185	208		

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Controlada		Consolidado	
		31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receitas		9.235	4.297	10.106	4.297
Receita de Comerc. de Energia				871	
Corumbá Concessões S/A	k			871	
Receita de Prestação de Serviços		9.235	4.297	9.235	4.297
Governo do Distrito Federal	l	9.235	4.297	9.235	4.297
Despesas		18	448	29.530	
Energia Comprada para Revenda				29.530	
Corumbá Concessões S/A				29.530	
Despesas Financeiras		9	439		
Juros de empréstimos	m	9	439		
Outras Despesas		9	9		
Despesa de Locação de Imóvel	n	9	9		

As operações de partes relacionadas são praticadas conforme as condições resumidas abaixo:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

45

(i) Operações da Controladora com suas controladas

- c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.
- d) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram créditos em conta corrente da CEB Distribuidora.
- i) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais
- j) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB Distribuição S.A.
- m) Valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela controlada CEB Lajeado a CEB.
- n) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M, com vencimento previsto para 11 de fevereiro de 2012. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

(ii) Operações da Controladora e seus acionistas controladores e coligadas

- a) A empresa Corumbá Concessões S.A. é acessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A. e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.
- b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB Distribuição S.A.) e serviços de iluminação pública e manutenção (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB Distribuição S/A firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 20.478 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.
- e) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A.. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- f) A CEB Distribuição S.A. tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com a empresa Corumbá Concessões S.A, com prazo de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.
- g) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB Distribuição S.A. na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.
- h) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

46

k) A empresa Corumbá Concessões S/A é acessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

l) Representa a receita do serviço de iluminação pública e manutenção prestada ao GDF.

m) Refere-se a receita auferida pela CEB Distribuição S.A pelo serviço de suprimento de energia a empresa Corumbá Concessões S.A..

27 SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2012 (CEB Distribuição S.A) e até 31 de Janeiro de 2013 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.007 com um total segurado de R\$ 369.370.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Os componentes dessa nota explicativa não compõem o escopo de trabalho dos nossos Auditores Independentes.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 17 de abril de 2012, a operação de financiamento pleiteada junto ao BNDES foi enquadrada conforme Ofício no. 297/2012-BNDES CEC, de 17 de abril de 2012. O enquadramento significa a primeira aprovação do projeto encaminhado ao banco quando da consulta previa.

A partir do sobredito enquadramento da operação junto ao BNDES, inicia-se o processo negocial relativamente aos valores efetivos, taxas, prazos, garantias e demais condições do financiamento. É de bom alvitre destacar que, inicialmente, a operação será contratada pelo GDF e terá o destino final dos recursos na capitalização da CEB Distribuição S.A..

Brasília, 31 de março de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

EDGARD KETELHUT MINARI

Diretor

MAURO MARTINELLI PEREIRA

Diretor

JOEL ANTONIO DE ARAUJO

Diretor de Relações com Investidores

PAULO ELESBÃO LIMA DA SILVA

Contador

CRC – DF 9.658/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Energética de Brasília - CEB
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2012

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Brasília - CEB
Brasília - DF

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia"), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.d, os faturamentos relativos ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como os valores referentes a encargos por pagamentos em atraso, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica "Contas a receber", no ativo não circulante, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2011, totaliza R\$ 104,7 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

A controlada CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Os planos da Administração para manutenção das atividades, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. As demonstrações financeiras dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

A coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 31 de março de 2012, situação financeira desfavorável, representada por excesso de passivo circulante no montante aproximado de R\$ 52,7 milhões, e os planos da Administração relacionados à continuidade

das operações dessa coligada estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2. As demonstrações financeiras da referida coligada, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

A controlada Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS entrou em operação parcial desde 8 de fevereiro de 2007. A operação parcial é realizada por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição é feita a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores. Para que essa operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil-Bolívia ao Distrito Federal. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. As demonstrações financeiras dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a controlada não conseguir viabilizar suas operações de forma plena.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base nesses procedimentos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores comparativos

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cujas respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas para fins de comparabilidade. Nosso relatório de revisão dessas informações intermediárias, datado de 15 de fevereiro de 2012, foi emitido com ressalvas relacionadas com os seguintes assuntos: 1) impraticabilidade de executar procedimentos de auditoria para concluir sobre os saldos das contas "Cauções e depósitos vinculados - Ativo não circulante" no valor de R\$ 7,4 milhões; 2) ausência de controle analítico dos créditos de ICMS originados na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia; 3) ausência de controles que possibilitassem a identificação dos custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à construção ou produção dos ativos utilizados em sua atividade operacional; 4) ausência de registro a valor justo do instrumento financeiro correspondente às ações preferenciais cumulativas e resgatáveis de classes "A" e "B" emitidas pela coligada Investco S.A.; e 5) ausência de divulgação em notas explicativas dos seguintes assuntos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRS: a) os valores justos de todos os instrumentos financeiros, método de apuração dos valores justos e comparação dos valores justos com aqueles consignados nas demonstrações financeiras; e b) informações quantitativas sobre os riscos no âmbito do grupo. Os assuntos que originaram as referidas ressalvas foram solucionados pela Companhia no encerramento do exercício de 2011.

Brasília, 15 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 1º trimestre de 2012, encerrado em 31 de março de 2012; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 1º trimestre de 2012, encerrado em 31 de março de 2012.

Brasília, 15 de maio de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

EDGARD KETELHUT MINARI
Diretor

MAURO MARTINELLI PEREIRA
Diretor

JOEL ANTONIO DE ARAUJO
Diretor de Relações com os Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 1º trimestre de 2012, encerrado em 31 de março de 2012; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 1º trimestre de 2012, encerrado em 31 de março de 2012.

Brasília, 15 de maio de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

EDGARD KETELHUT MINARI
Diretor

MAURO MARTINELLI PEREIRA
Diretor

JOEL ANTONIO DE ARAUJO
Diretor de Relações com os Investidores